

O HUMANISMO PORTUGUÊS, A SUA IDENTIDADE E AS SUAS CONTRADIÇÕES

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

RESUMO

A partir de finais do séc. XV, intensificou-se um movimento de estudantes portugueses em direção aos centros de saber da Europa, onde, então, se afirmava o Humanismo europeu. Em Universidades de Itália, de França, de Espanha, afirmaram-se, primeiro, como alunos brilhantes e, depois, como mestres.

Portugal, entretanto, tinha condições específicas que impediram que o movimento humanista aqui frutificasse em todas as suas dimensões. A força e o poder da intolerância religiosa, de que é paradigma a Inquisição, não permitiram que a dimensão filosófica do Humanismo europeu, no que tinha a ver com a renovação de mentalidades, com a crença no ser humano e na sua dignidade, tivesse acolhimento em terras portuguesas. Os humanistas portugueses destacaram-se na retórica e na oratória, na filologia, na epistolografia, na poesia e, até mesmo, na historiografia. Mas não se lhe conhecem contributos no tocante à Filosofia.

Este trabalho pretende fazer um enquadramento global do Humanismo português, apontar alguns dos seus nomes mais marcantes, sublinhar os traços da sua identidade e apontar algumas das suas contradições e fragilidades: a poesia lírica (fragilidade comum à maior parte dos humanistas), o teatro, a Filosofia.

PALAVRAS-CHAVE

Humanismo; Portugal; humanistas portugueses.

ABSTRACT

From the end of the 15th century, Portuguese students travelled in increasing numbers to the European centers of learning, where Humanism was becoming established. At the universities of Italy, France and Spain, they first shined as students and then as masters.

There were particular conditions in Portugal that prevented the humanist movement from flourishing here in all its dimensions. The strength and power of religious intolerance, epitomized by the Inquisition, inhibited the philosophical dimension of European Humanism, entailing as it did a renewal of mentalities and a belief in the dignity of the human being, from taking root in the country. Portuguese humanists distinguished themselves in rethoric and oratory, in philology, epistolography, poetry, and even historiography, but there are no records of their contributions in philosophy.

This lecture presents a general overview of Portuguese Humanism and focuses on some of its most notable exponents, highlighting their distinctive features and pointing out some of their contradictions and weaknesses: lyric poetry (a weakness that is common to most humanists), drama and philosophy.

KEYWORDS

Humanism; Portugal; Portuguese Humanists

Europa, final de Quatrocentos. Tempo de um mundo em ebulição. Tempo de todas as encruzilhadas. Tempo de descobertas, também. Tempo de encontros e bem assim de desencontros.

A aventura de um pequeno povo do sul, com tanto de ousado quanto de insensato, levaria o velho continente a descobrir a Índia, primeiro, depois o Brasil. O encontro com a África fazia parte do passado. O futuro, agora, morava mais longe, além do cabo tenebroso, além do mar temível.

Era, afinal, o mundo que a si mesmo se descobria.

Não falta quem sustente que a literatura medieval, último bocejo de alma de um mundo em agonia, estava exausta, enredada nas suas próprias contradições, presa das suas próprias incapacidades. Mergulhada na filigrana verbal, emblema, afinal, de todos os tempos de fim de ciclo ou de encruzilhada, parecia, dizem, afundar-se nas areias movediças da sua falta de chama e da sua retórica pouco mais do que vazia.

Seria assim?

Mas... e Dante? E Petrarca? E Boccaccio? E todos quantos fazem a fronteira cultural que é esse território alongado nos anos que separa o último quartel do século XIV dos anos derradeiros do século XV?

O primeiro, Dante, ousa uma nova leitura do homem e do seu lugar no mundo, ao traçar o seu rumo nos múltiplos aléns de que se tece a *Divina Comédia*. Ressuscita Virgílio, a alma da literatura latina, exímio retratista da condição humana, e dele faz seu guia na viagem pelos mundos do passado e pelos mundos do futuro. Assim alicerça no poema grande da literatura latina, a *Eneida*, um dos cantos onde, à uma, se encerra a Idade Média e se abre a Idade Moderna.

O segundo, Petrarca, libertou-se do rendilhado verbal, para descobrir uma nova arquitetura lírica, que haveria de fermentar em Itália e nos demais povos que a Itália rumaram e que viria a consolidar-se, ano após ano, nas sementes de uma nova literatura.

Boccaccio retorna à Antiguidade e ao seu lugar central nas Letras, recupera para o Amor a sua dimensão de motor fundamental do ser humano.

Perante Boccaccio, perante Petrarca, perante Dante, não será possível anunciar a agonia da literatura. Verdade seja que o não será também com Boiardo, com Ariosto, com tantos outros que, mais do que o clamor final de uma idade em idade terminal, foram, inequivocamente, o anúncio seguro da vitalidade da literatura e da cultura, sempre amarradas às suas raízes.

Passemos da Literatura à Filosofia e as conclusões não serão diversas. Depois de Leonardo Bruni ou de Coluccio Salutati, precursores da nova filosofia italiana, aí está Savonarolla, aí está Nicolau de Cusa, aí está Pico della Mirandola, aí está Marsílio Ficino. A emergirem, todos eles, nos anos crepusculares da Idade Média, haverá alguém que negue que são estes os verdadeiros iniciadores do pensamento moderno, do pensamento em que assentam as bases de uma nova Filosofia europeia? Que são medievos, poderia dizê-lo a sua idade. Nega-o, porém, a sua obra, que deles faz modernos, na mais verdadeira aceção da palavra.

Carece, pois, de consistência, como repetidas vezes se tem afirmado nas últimas décadas, a tese da rutura, do golpe, do abismo, da solução de continuidade, para caracterizar o Renascimento face à Idade Média. Carece de consistência; e, no entanto, essa tese, solidamente edificada por Burckhardt, apesar de sucessivamente infirmada, parece continuar a colher adeptos, que repousam confortavelmente na convicção de ter havido um período de trevas medievais, como se o mundo e sua história fossem uma repetição incessante de uma alternância de preto e branco, encerrados cuidadosamente em vasos comunicantes. Pura ilusão! Na História (e na da cultura, em particular) nada provém do nada, tudo acontece em estreita ligação com o passado, remoto, mas também recente, por transformação, por imitação, por rejeição. Em cultura, como na natureza, nada se perde, nada se cria, tudo se transforma, se é que Lavoisier se não incomoda com esta apropriação da sua máxima por território alheio.

Sem que a velha literatura esteja, pois, a agonizar, uma nova literatura vai nascendo, com raízes próximas ou mais longínquas.

Em Portugal, é assim que Gil Vicente faz a transição entre as duas idades; e, com ele, Garcia de Resende e os poetas do seu Cancioneiro Geral; e, também, Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda, que cultivaram a medida velha de par com as novas formas e os novos metros.

E assiste-se ao aparecimento de uma literatura portuguesa... escrita em latim, ou, se se preferir, de uma literatura latina... escrita por portugueses. Mas nem isso é novo. O apreço pelas letras latinas já vinha de longe; e dele dão testemunho as traduções de D. Pedro, em tempos da dinastia de Avis.

Este é, enfim, o tempo em que, na Europa, tudo se transforma. Pico della Mirandola, Marsílio Ficino ou Nicolau de Cusa, cada um de seu jeito, afirmavam o primado do homem, assim desafiando, em patamares diversos, bem entendido, dogmas consolidados e supostamente inabaláveis. Em 1517, ao tornar públicas, na Catedral de Wittenberg, as suas teses, Lutero desafiava o poder papal e a supremacia da autoridade romana sobre a Igreja, mas também sobre a Europa.

É nesta Europa em ebulição que em Itália se adensa o desafio: descubramos o passado e descubramo-nos. E o passado, esse passado que nos desafiava e nos fascinava, estava ali ao lado, mas morava, também, em resguardados arquivos de mosteiros medievais. Estava ali ao lado, desde logo, na monumentalidade romana, patente na velha Urbe, mas disseminada um pouco por toda a Europa colonizada pelos Romanos. E morava em recônditos arquivos medievais, em manuscritos que a paciência de monges foi copiando, no silêncio das suas celas e seus *scriptoria*, assim contrariando a tão propalada tese de uma Idade Média sem cultura e sem letras.

Itália descobre, assim, as suas raízes, que são, também, as nossas, nas pedras carcomidas de tempo que a sua cidade nunca lhe escondera, e nos textos que o saber meticuloso dos conventos havia preservado. E assim o homem se redescobre ao descobrir o seu passado.

Nesse virar de século, para não dizer de séculos, quando o mundo se encontra a si mesmo e se descobre um outro, quando o homem se reconhece num rosto que em si mal conhecia, a Europa ferve num caldo de cultura que é, afinal, o berço de todos os fascínios.

E, por ser a cultura o centro nuclear dessa ebulição, não surpreende que as transformações mais vertiginosas ocorram na Universidade. Aquela que era a velha universidade medieval, guardiã do saber e, não raro, de matriz conservadora, tornou-se, por contágio dos tempos, parte ativa e, mesmo, motor das transformações que são o emblema do Renascimento.

É na Universidade que pontificam os nomes mais destacados desse saber em mudança, que redescobre o homem no seu passado e, com os pés firmes num presente de encruzilhada, busca apontar novos rumos para o futuro. Essa será, no fundo, uma das múltiplas definições do Humanismo, o espírito que o norteia ou, talvez, o denominador comum das suas múltiplas correntes de pensamento.¹

Em Itália, pontificam Ângelo Policiano, Pedro Bembo, Eneias Sívio Piccolomini (depois Papa, com o nome de Pio II), Lourenço Valla, Poggio Bracciolini, Marsilio Ficino, entre tantos outros; em França, Rabelais, Montaigne, Lefèvre d'Étaples, Ronsard, Guillaume Budé; em Espanha Nebrija, Juan Luis Vives; nos Países Baixos, Erasmo, em Inglaterra Thomas More. Por toda a Europa, multiplicam-se mestres de renome, filósofos, teólogos, filólogos; as ciências do pensamento, as ciências da palavra atingem um surto de notoriedade que fascina os mais novos e não deixa ninguém indiferente. Artes e letras ocupam lugar central na sociedade; e, no centro delas, o homem, aparentemente redescoberto.²

O livro que, com a invenção da imprensa, ou antes, dos caracteres móveis, conheceu uma nova era, é instrumento de divulgação rápida dos saberes e dos artefactos da estética. De Guttenberg, que revolucionara, neste particular, o conhecimento ou a sua divulgação, a Aldo Manuzio, expoente, ao tempo, do negócio e da arte da impressão, o crescimento é vertiginoso.

Mas é a força das ideias que tudo comanda.

Lutero e Erasmo são dois nomes, apenas, dos muitos em torno de quem gira o turbilhão reflexivo deste século de mudança. Reformadores, eis o nome simplista, talvez, que a todos quadra ou com que a história, por comodidade, os quis englobar. Não sem razão, valha a verdade, já que, de uma forma ou de outra, era a reforma do seu tempo, da cultura, dos costumes, das mentalidades, da governação, mesmo, que pretendiam. Sobrevirá, lá para meados do século XVI, o contraciclo, em jeito de antídoto contra uma doença funesta, assim o entendiam os seus obreiros, e que, por idêntica comodidade, a história englobou sob a designação de Contra-Reforma. E não sem motivo, uma vez mais.

Por força da cultura e por força das ideias, a Europa torna-se, subitamente, um imenso cosmos, de fronteiras diluídas. E, onde não há fronteiras, é uma nova pólis que desabrocha. Inventaram os

¹ O conceito é exposto por D. R. KELLEY, *Renaissance Humanism*, Boston, Twayne Publishers, 1991.

² Vasta é a bibliografia a respeito do Humanismo europeu, seus protagonistas, suas manifestações, a sua presença nos diversos países. Deixa-se, tão-somente, a menção à grande obra de síntese editada por Albert Rabil, Jr., pela sua grande abrangência e pela vastidão da informação que disponibiliza: A. RABIL, Jr. (ed.), *Humanism Renaissance: foundations, forms, and legacy*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 3 vols., 1988.

nossos dias, em razão, também, de uma tentativa de partilha universal da busca do saber e da formação de quem o procura, o conceito de mobilidade. Pois bem, mobilidade, da forma como hoje entendemos, é o mote desses tempos tardios de Quatrocentos e dos anos inaugurais de Quinhentos. Cada Universidade pratica, a seu jeito, a internacionalização ou uma parte daquilo que hoje por essa palavra se entende. Em cada cidade universitária, em cada centro de saber, não há distinção de origens, mesclada que está a geografia.

Nessa Europa sem fronteiras, o Latim é a língua franca. Da ciência e da cultura, da filosofia e da música, da arte e da matemática, da medicina e da geografia, da filologia (et pour cause) e da religião, da gramática... e do dia a dia. Discursa-se em Latim; escreve-se em Latim; ensina-se em Latim; viaja-se em Latim.

As identidades tendem a esbater-se, ou, por outra, as identidades no que elas contêm de origem geográfica, diante de uma espécie de nacionalidade supranacional, se o paradoxo é consentido.

A sede de cultura, além disso, estimula a viagem. Multiplicam-se os centros de saber, poucos deles de formação recente, já que a grande maioria possui as suas raízes nas velhas universidades medievais, no fundo da funda Idade Média. Foi isso que Burckhardt não conseguiu ou não quis ver. Aí pontificam mestres, à maneira clássica, de um saber que se pretende universal e universalista, voltado para a compreensão do homem, sua origem, sua essência, seu rumo, seu destino.

Salamanca, aqui ao lado, uma das mais antigas universidades da Europa, senhora de um prestígio e uma tradição que nunca deixou de atrair os estudantes portugueses.

Alcalá de Henares, no centro de Espanha, outro dos pólos de atração para universitários e mestres do Renascimento.

Em França, Paris, onde, desde muito cedo, se concentraram estudantes portugueses, organizados em torno do Colégio de Santa Bárbara. Mas também Toulouse e Bordéus e Montpellier e Poitiers e Lião.

Lovaina, nos Países Baixos. E, em Itália, Bolonha, Veneza, Roma, Pádua, Siena, Florença, para citar, apenas, aquelas que maior fascínio exerceram sobre os nossos estudantes.

Por todas essas cidades, por todas essas universidades, deambulam jovens portugueses, os mais deles financiados pelo erário régio, pródigo, desde D. João II, mas, em especial, ao tempo de D. Manuel e D. João III, em favorecer a integração portuguesa nesse amplo movimento cultural que alargava mais e mais os seus braços na Europa. Eram os “bolseiros d’El-Rei”, como a história da cultura veio a designá-los. Muitos deles afirmaram-se, em território estrangeiro, como não se afirmariam, talvez, em terra pátria. Afirmaram-se como estudantes de rara valia, primeiro, e, depois, também como mestres.³

³ São inúmeros os estudos a respeito da presença dos estudantes portugueses em centros de saber da Europa ao longo dos séculos XV e XVI. Citam-se, apenas, alguns títulos: J. S. S. DIAS, *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1969 [2 vols.];

Porfiaram nas letras, na Retórica, no magistério, até, mesmo, na gestão da educação – como hoje se diria. Na ciência. Na Igreja.

Acompanhem-los de longe, que o curto tempo de que dispomos nos não consente mais do que um olhar de relance sobre os seus percursos e a sua nomeada.

Os Gouveia, à cabeça de todos, família que, durante décadas, se afirmou e afirmou a presença portuguesa por terras de França.

Diogo de Gouveia, o tio, o mais velho de todos, que fez do Colégio de Santa Bárbara o colégio dos Portugueses em Paris, em cuja universidade estudou e ensinou e da qual foi Reitor. Teólogo e conservador, é uma das figuras de proa da renovação cultural do nosso século XVI. E, também, Diogo de Gouveia, o seu sobrinho, que, como o tio, foi Reitor em Paris e, mais tarde, Principal do Colégio das Artes em Coimbra.

E os seus outros três sobrinhos, todos eles humanistas de renome.

António de Gouveia, porventura o mais importante de todos eles, filósofo, filólogo, jurista, poeta, professor. Manteve firme controvérsia com o famoso humanista francês Pierre de la Ramée, em defesa do aristotelismo.⁴ Destacou-se no ensino do Direito Romano, que regeu em Paris, em Cahors, em Valence, em Grenoble, em Mondovi, em Turim. Editou Cícero, Terêncio e Virgílio e compôs um conjunto de elegias, de qualidade poética discutível, como são, de resto, muitos dos poemas dos Humanistas. Mas a isso se voltará adiante. Temeroso da sorte que esperara em Portugal o seu irmão André, jamais voltou ao seu país natal, mas deixou o seu nome entre os dos grandes humanistas europeus do seu tempo.

Marcial de Gouveia, poeta, embora menor, e professor em várias universidades de França e Itália, antes de regressar a Portugal, onde concluiu a sua carreira de magistério no Colégio das Artes, em Coimbra, por ter sido detido às mãos da Inquisição.

E o mais conhecido de todos, André de Gouveia, que, depois de estudar em Paris, foi reitor dessa mesma Universidade, antes de rumar a Bordéus, onde viria a ser Principal do Colégio de

A. P. FARIA, *Portugal e Itália. Litteratos portugueses na Itália ou collecção de subsidios para se escrever a Historia Litteraria de Portugal que dispunha e ordenava Frei Fortunato Monge Cisterciense*. Leorne, Typographia de Raphael Giusti, 1905; E. GAULLIEUR, *Histoire du collège de Guyenne*. Paris, Sandoz et Fischbacher, éditeurs, 1874; L. MATOS, *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*. Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1950; ID., *Les Portugais en France au XVIe. siècle — études et documents*. Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1952; J. QUICHERAT, *Histoire de Sainte-Barbe. Collège, communauté, institution*. Paris, Librairie de L. Hachette et Cie., 1860-1864 [3 vols.]; J. V. SERRÃO, *Portugueses no estudo de Salamanca (1200-1550)*. Lisboa, 1962. Vejam-se, ainda, as excelentes contribuições para o estudo do Humanismo português, presença constante ao longo de todo este trabalho e que são os diversos livros de A. C. RAMALHO, sob o título *Para a história do Humanismo em Portugal*, 5 vols., respetivamente: Coimbra, INIC, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1988, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 e 2000; ID., *Estudos sobre a época do Renascimento*. Coimbra, Instituto de Alta Cultura — Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1969; ID., *Estudos sobre o século XVI*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian — Centro Cultural Português, 1980; e, ainda, J. V. P. MARTINS, *Humanismo e Erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian — Centro Cultural Português, 1973, e *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal: les deux regards de Janus*. Lisboa-Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1989. Em todas essas obras se encontra bibliografia abundante sobre o tema que aqui nos ocupa.

⁴ Vd. J. CARVALHO, “António de Gouveia e o aristotelismo da Renascença”: *Obra completa*, vol.I. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978, 1-116.

Guiena. Obteve de Montaigne um elogio ímpar: foi, no dizer do grande pensador francês, “le plus grand principal de France”.⁵ Daí partiu para Portugal, a convite do rei, para, com um conjunto de mestres que em Bordéus o acompanhavam (os “Bordaleses” – George Buchanan, Diogo de Teive, Arnaldo Fabrício, João da Costa, entre outros), fundar o Colégio das Artes. Esperava-o, supunha, a continuação de uma intensa atividade pedagógica; acolheu-o, porém, a intransigência movida pela Inquisição então reinante, a tolher os passos a uma carreira promissora e ao desenvolvimento das novas ideias que sopravam na Europa. Não fora surpreendido por morte estranha e prematura e nem mesmo assim, talvez, pudesse levar por diante o seu projeto.

João Rodrigues de Sá de Meneses, um dos primeiros bolseiros em Itália, poeta e prosador latino.

Luís Teixeira, Reitor da Universidade de Siena e professor em Ferrara. E Diogo Pacheco, Martinho de Figueiredo, entre muitos outros que quase passam despercebidos ao lado dos nomes maiores do Humanismo português.

Detenhamo-nos, porém, nesses nomes grandes, grandes em termos nacionais, mas grandes, também, à escala europeia.

André de Resende, poeta, pensador, historiador, filólogo, orador, íntimo dos grandes humanistas do seu tempo, admirador confesso de Erasmo. Em busca de saber, primeiro, e, depois, ao serviço da coroa, conheceu as mais importantes cidades da Europa (Espanha, Países Baixos, Alemanha, Itália, França), antes de se quedar, enfim, em Portugal, em Évora, a sua cidade de nascimento e de eleição. Autor de obra vasta e variada, em latim e em português, Resende é um dos mestres mais consultados no seu tempo, autoridade reconhecida nos diversos ramos do saber, personalidade multifacetada, senhor de uma cultura sólida e abrangente. A par de Damião de Góis, será, talvez, um dos mais insígnis exemplos do Humanismo português do Renascimento.

Diogo de Teive, poeta, historiador, orador, dramaturgo, professor. Estudante em Paris, em Salamanca, em Toulouse, em Poitiers, professor em Mantauban, em Bordéus e em Coimbra, no Colégio das Artes, para onde veio com os mestres bordaleses, foi, como eles, vítima das intrigas que dominavam o tempo, sob capa da intransigência religiosa, e detido às ordens da Inquisição, em processo que nele tinha, necessariamente, de deixar as suas sequelas. Legou-nos vasta e variada obra, onde se destacam a narrativa do segundo cerco de Diu, em latim primoroso e num relato cru e realista, a *Tragédia do Príncipe João*, obra maior da nossa dramaturgia humanista, livros de poemas, a par de muitas outras publicações e não poucas obras inéditas.

Henrique Caiado, um dos primeiros humanistas a estanciar em Itália, ainda no século XV, onde alcançou mérito e prestígio consideráveis, apesar da sua idade jovem, visto que morreu sem atingir os quarenta anos. Estudou em Bolonha e em Florença, onde foi aluno de Ângelo Policiano,

⁵ *Essais*, 1.26.

a quem haveria de endereçar mais de um poema, e também em Pádua, onde concluiria a sua formação em leis. Mas foi como poeta que se destacou; é, juntamente com Diogo Pires, de quem a seguir se fará menção, um dos maiores poetas portugueses em língua latina, reconhecido entre nós e em toda a Europa. As suas *Éclogas*, compostas à imitação de Virgílio, mas na esteira de Policiano ou de Sannazzaro, constituem uma referência na poesia bucólica do Renascimento. E as suas *Silvae*, bem como os seus *Epigramas*, documentam uma mestria e uma versatilidade lírica de que não podem orgulhar-se todos os Humanistas que, como ele, tentaram, em Latim, os caminhos da poesia.

António Pinheiro, filólogo e orador, bispo de Miranda e de Leiria, pregador oficial da corte, já na segunda metade do século XVI, que estudou e ensinou em Paris, onde ainda editou parte das *Institutiones Oratoriae* de Quintiliano. Respeitado pela sua cultura e pela sua capacidade retórica, teve um papel determinante no processo de sucessão da coroa portuguesa, que levou ao trono, depois de D. Henrique, o rei de Espanha, Filipe II.

Aires Barbosa, porventura o maior helenista português do seu tempo, aluno de Nebrija e de Policiano, estudante e, mais tarde, professor em Salamanca, onde ocupou, com reconhecido mérito, a cátedra de Grego. Poeta e prosador, foi, sem dúvida, no magistério que mais se notabilizou.

D. Miguel da Silva, o bispo de Viseu e, mais tarde, cardeal da cúria romana; estudante em Paris e Siena, foi, ainda, poeta, embora de préstimos não muito firmados.

Aquiles Estaço, porventura o mais conceituado dos Humanistas portugueses em Itália. Poeta, orador, filólogo, teólogo, pensador, autor de obra tão vasta quanto variada, ocupa posição cimeira, a par de Damião de Góis, André de Resende e Jerónimo Osório, entre os Humanistas do Renascimento português. Padre conciliar em Trento, ocupou lugar de relevo na corte pontifícia. A sua biblioteca pessoal, de que se guarda, ainda, hoje, boa parte na Biblioteca Vallicelliana, em Roma, reflete um espírito curioso, ávido de saber, e uma personalidade crítica em relação aos problemas do seu tempo. Foi editor e comentador de autores clássicos, em edições que foram referência durante séculos; teorizou em matéria religiosa e de direito canónico; compôs poemas de variada temática, onde avultam as composições de lirismo religioso. Respeitado em Itália, onde viria a falecer, sem jamais ter tornado a Portugal, faz parte da lista restrita dos Portugueses com lugar assegurado na galeria dos humanistas europeus.

Amato Lusitano, médico, será, por certo, de entre os nossos humanistas, aquele que mais se distingue, não nas Letras, mas na Ciência, onde ombreia com os nomes mais ilustres da ciência do seu tempo. Clínico afamado, foi médico de papas e de reis, investigador empenhado e arguto e professor. A História da Medicina considera-o um dos seus grandes.

Jerónimo Cardoso, poeta, gramático, lexicógrafo, talvez o pioneiro da lexicografia portuguesa.

Diogo Pires, poeta latino de rara mestria. Estudante em Salamanca, levou uma vida errante, fruto da sua origem judaica, com passagens mais ou menos prolongadas por Antuérpia, por Lovaina,

por Roma, por Ferrara, por Ragusa (Dubrovnik), onde viria a falecer. É seguramente o maior de todos os poetas humanistas portugueses e, com Henrique Caiado, um dos poucos exemplos de uma poesia de aprumo estético, de rigor compositivo e de inequívoca inspiração. A cultura judaica tem-no como um dos seus poetas de referência; a literatura croata, visto que viveu na Dalmácia metade da sua vida, regista-o no elenco dos seus escritores nacionais. Exilado do país, por força da sua origem e da sua crença, jamais deixou de a ele se sentir ligado por profundos laços de afeto, que lhe ditaram poemas de rara beleza e sentida emoção.

E, enfim, posto que muitos nomes fiquem por dizer, Damião de Góis, seguramente o príncipe dos humanistas portugueses, aquele que com maior propriedade soube viver ou teve o condão de viver o paradigma do homem do Renascimento. Diplomata e homem de negócios ao serviço da coroa, foi, ao mesmo tempo, mecenas de cultura e homem de cultura. Historiador, pensador, músico, poeta, filólogo, político, viajante incansável, íntimo dos grandes nomes do Humanismo e do Renascimento, é, sem dúvida, um “Príncipe do Renascimento”. Escreveu em português e em latim. Olhou, com argúcia e lucidez, o seu tempo e nele soube integrar a história que dele compôs, como a Crónica do reinado de D. Manuel, ou a narrativa do segundo cerco de Diu, a primeira em português, a segunda em latim. Questionou o seu tempo, sem ambiguidades, antes com frontalidade, fosse em questões de natureza política, fosse em questões de natureza religiosa. Claramente integrado nas tendências reformistas que dominavam a Europa e de que era expoente Erasmo, seu amigo, isso o levou a um final de vida penoso, encarcerado às ordens da Inquisição, cada vez mais intransigente e intolerante. Escritor versátil, pensador livre, homem de cultura, militante do pensamento, cidadão da Europa, é o modelo, talvez único, do Humanismo possível em Portugal no século XVI.

Muitos outros – dezenas de outros – emparceiram com estes, senão em nomeada, pelo menos na entrega às Letras e às Artes, no tempo em que a cultura era, assumidamente, uma opção de vida, dominada pelo regresso à Antiguidade Clássica. A lista é extensa e não cabe nas poucas laudas e escassos minutos da abertura deste congresso.

Os Humanistas portugueses, estes e os que ficaram por nomear, cobriram os géneros todos – ou quase todos – que o Humanismo europeu abraçou.

A Filologia, com António de Gouveia, com Aires Barbosa, com Aquiles Estaço, com António Pinheiro.

A Retórica, com António Pinheiro, com Henrique Caiado, com Diogo de Teive, com André de Resende, com Aquiles Estaço.

A Epistolografia, com Damião de Góis, com Jerónimo Osório, com André de Resende.

O teatro, com Diogo de Teive.

A Historiografia, com Damião de Góis, com D. Jerónimo Osório, com Diogo de Teive, com André de Resende.

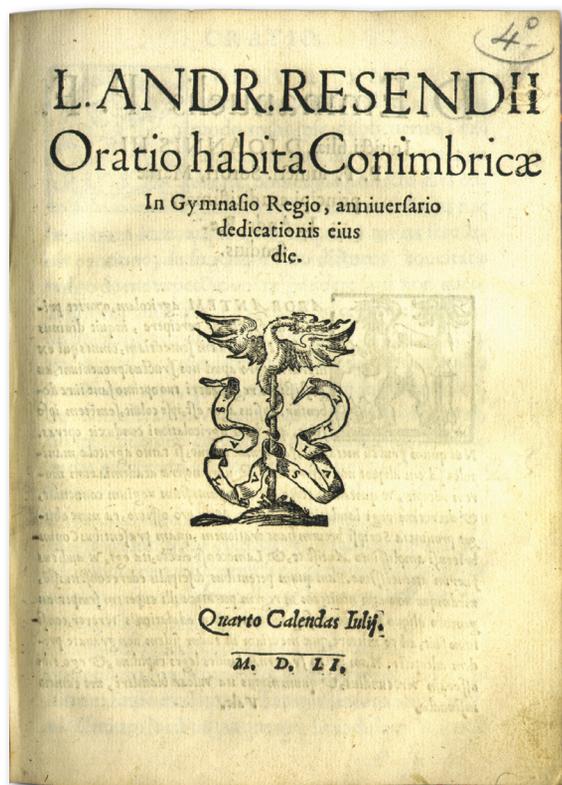
A poesia lírica, com André de Resende, com Henrique Caiado, com António de Gouveia, com Aquiles Estaço, com Diogo Pires.

Nem todos estes géneros ou, se se preferir, nem todas estas áreas de culto das letras ou das *humaniores litterae*, todas elas objeto da predileção dos humanistas em geral, foram alvo de igual atenção por parte do Humanismo português. Valerá a pena analisar, ainda que sumariamente, algumas circunstâncias especiais.

A Filosofia, por exemplo. Na lista acabada de fazer, mais do que uma vez se atribuiu a característica de “pensador” a alguns dos nomes. Isso não significa, porém, que os nossos humanistas possam ser emparceirados com os grandes pensadores do século XV ou do século XVI, muito menos que do lado português tenha havido um contributo relevante para a Filosofia do Renascimento. Nas palavras que abriram esta breve exposição, falou-se em Pico della Mirandola, em Marsílio Ficino, em Savonarolla, em Nicolau de Cusa, em Lutero, em Erasmo, em Montaigne, em Lefèvre d’Étaples, em Thomas More. Poderia ter-se falado em Maquiavel e em muitos outros, que marcaram uma mudança de rumo no pensamento europeu nesse que foi um dos seus séculos mais emblemáticos.

Analisemos, porém, de perto a situação portuguesa e a sua posição no contexto ibérico. No derradeiro quartel do século XV, sob a mão pesada dos Reis Católicos, Espanha progredia a olhos vistos num clima de intolerância que rapidamente alastrou a Portugal. O reinado de D. Manuel conhece já as marcas desse clima, que viria a agravar-se consideravelmente no reinado de D. João III. Enquanto na Europa se faziam sentir os ventos de novas correntes de pensamento, que questionavam o homem e o seu papel na história, que questionavam a religião e o seu lugar na sociedade, que alteravam o centro de gravidade da reflexão que ao longo de séculos se vinha fazendo, à medida que esse clima evoluía na Europa, em Portugal apertava-se o cerco às novas ideias reformadoras. Coincide, quase, com a morte de Erasmo, o mesmo é dizer com um tempo de profunda transformação de mentalidades, o estabelecimento, em Portugal, da Inquisição, por bula do Papa Paulo IV e sob intervenção direta da coroa portuguesa e da hierarquia da Igreja. Os mestres que o rei mandara vir de Bordéus para darem corpo a um novo projeto de educação, o Colégio das Artes, cedo se viram encurralados por essa intransigência. George Buchanan, João da Costa, Marcial de Gouveia, André de Gouveia, também, Diogo de Teive, Damião de Góis, entre tantos outros, sofreram na pele as consequências da intolerância e viveram as agruras e o infortúnio de quem tinha a desventura de cair nas mãos dos esbirros do Tribunal do Santo Ofício.

Nessas condições, o Humanismo português ficou-se pela forma, mais do que pelo conteúdo. Damião de Góis será, por certo, um raro exemplo e, mesmo assim, pagou cara a ousadia. André de Resende, em certa medida, também. Produzimos bons historiadores, razoáveis poetas (dois deles muito bons), excelentes oradores, notáveis filólogos, mas não lográmos produzir pensadores de vulto. Os que mais se destacaram nesse domínio vieram a ser, depois, obreiros da Contra-Reforma; mas desses não cabe falar aqui.



175

O mesmo se não dirá da Retórica. Este é, em Portugal, um tempo de grandeza. O século XV e o século XVI assistiram à concretização da política expansionista da dinastia de Avis. Lisboa tornara-se uma imensa metrópole, um caos aonde afluíam consideráveis riquezas. As grandes casas financeiras da Europa tinham forçosamente de passar por Lisboa. O orgulho nacional estava no auge.

Este é um contexto favorável ao aparecimento de um clima de euforia, o mesmo que criou condições para o aparecimento da epopeia camoniana e de outras epopeias menores, o mesmo que deu origem a um certo discurso historiográfico de pendor panegírico, o mesmo, também, que suscitou o fausto de um conjunto de embaixadas a Roma, o mesmo, enfim, que facilitou a multiplicação de discursos de pompa e circunstância, nas mais variadas ocasiões. Os tempos de apogeu são propensos, como é sabido, ao ornato retórico; e o século XVI português não é exceção.

Sucedem-se as orações de circunstância, todas com a encenação própria dos grandes momentos: orações de sapiência, na abertura solene das aulas na Universidade ou nos Colégios universitários, como o Colégio das Artes, as orações de entrada,

por ocasião da chegada de um nobre às terras que eram o seu território, as orações de obediência, pronunciadas em Roma, diante do Papa, ou quando um novo rei subia ao trono e enviava o seu legado a Roma a jurar obediência ao chefe da Igreja, ou quando um novo Papa era eleito e o rei enviava nova embaixada, a jurar obediência ao novo ocupante do trono papal.

Muitas foram as orações proferidas por humanistas portugueses em qualquer uma destas circunstâncias. Em boa parte delas, ainda que pareça a despropósito, encontramos exemplos de afirmação da grandeza da gesta lusitana.

E, se seria expectável encontrar o engrandecimento, com grandiloquência, dos feitos alcançados em África e no Oriente, em discurso pronunciado em Roma, diante da corte pontifícia e dos embaixadores acreditados na então capital da Europa, menos natural será esse tema numa oração de sapiência, onde se deveriam louvar as disciplinas professadas e os respetivos mestres. Mas André de Resende, em 1551, na abertura do ano letivo no Colégio das Artes, em Coimbra, assim proclamava:

Propagatam quoque longe gentium abditissimas terras, etiam ante hoc tempus ignoratas, Dei opt. max. notitiam, ut tametsi eae gentes huius auspiciis nostris armis deuictae sint, earum tamen inter fuerit ita uinci, bonoque illis sit seruitutem eam perpeti, quae in ueram animorum adserat libertatem, positoque foedissimo simulacrorum cultu, ac daemonum obiecto iugo, quae obligatae atque detentae superstitione turpissima conflictabantur, iam caelum spectant, iam omnium rerum parentem agnoscunt, sancteque uenerantur

[...]

...Indici, Carmanicque triumphbi in mentem ueniant, ii, inquam, debellatos non ita pridem reges potentissimos, belicosissimas nationes iugo pressas, Turcarum pestiferam gentem et unis omnium Christianorum Lusitanis infensissimam, toties illic ad internicionem caesam...⁶

E também se propagou, ao longe, até às remotíssimas terras dos gentios ainda anteriormente desconhecidas, o conhecimento de Deus infinitamente bom e onipotente, de forma que, embora, segundo os seus desígnios, estes povos tenham sido vencidos, contudo lhes foi proveitoso serem assim vencidos e um bem para eles sujeitarem-se a uma servidão que os leve à verdadeira liberdade das almas, e agora, uma vez abandonado o culto tão vergonhoso dos ídolos e sacudido o jugo do demónio com que esses povos ligados e acorrentados eram atormentados pela superstição mais degradante, já levantam os olhos para o céu, já conhecem o Criador de todas as coisas e O veneram santamente.

[...]

...recordem-se dos triunfos da Índia e da Carmânia; lembrem-se ainda dos reis tão poderosos há pouco vencidos, dos povos tão belicosos subjugados, da raça maldita dos Turcos, inimiga feroz dos Portugueses mais do que qualquer dos povos cristãos, tantas vezes aí exterminada e destruída...

Porque uma das características do Humanismo português e dos seus protagonistas era a consciência viva da dimensão do tempo histórico que viviam e a vontade de serem participantes ativos desse mesmo tempo histórico.

Isso reflete-se, também, na epistolografia, outro dos géneros abundantemente cultivados. Os nomes maiores da nossa cultura humanista de Quatrocentos e de Quinhentos carteiaram-se com os seus pares ou com vultos da alta esfera da política um pouco por toda a Europa. A correspondência de Damião de Góis, por exemplo, é um manancial de informações sobre o seu tempo, como é, igualmente, uma fonte incontornável para a compreensão do seu pensamento. O mesmo se dirá de Jerónimo Osório, de André de Resende, de Aquiles Estação e de grande parte dos demais. É uma prosa de requintada valia estética, de inegável matriz ciceroniana, o grande modelo da prosa quinhentista.

Menos numerosos e de bem menor qualidade são os cultores da poesia épica. Neste particular, não há, em latim, ninguém que possa ombrear com o génio de Camões, em vernáculo. O lugar de maior proeminência é ocupado, ainda no século XV, por um italiano a residir em Portugal e de que adiante se falará, Cataldo Parisio Sículo. O seu *Arcitínges*, sobre a conquista de Arzila e Tânger, é um marco na literatura humanística portuguesa ou, pelo menos, produzida em Portugal. Com ele rivalizará um outro poema épico, uma vez mais de um não português, o espanhol, se bem que português por adoção, digamos, José de Anchieta, sobre os feitos de Mem de Sá. O *De gestis Mendi de Saa*, da segunda metade do século XVI, já não pode considerar-se, no entanto, um manifesto da literatura

⁶ Cit. de *Oração de André de Resende pronunciada no Colégio das Artes em 1551*. Reprodução facsimilada, leitura moderna, tradução e notas de G. P. DOMINGUES, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1982, 39-40 (texto) e 62-63 (tradução).

humanista no seu período de apogeu; será, antes, uma manifestação inequívoca da Contra-Reforma, pelo modo como aborda a repressão sobre os índios do Brasil e pela intolerância com que trata os seus usos e costumes. Uma comparação do *De gestis* com os relatos do cerco de Diu, seja o de Damião de Góis, seja o de Diogo de Teive, revela profundas diferenças e deixa visíveis as marcas das correntes contra-reformistas, já então firmemente instaladas em Portugal. Damião de Góis, de facto, jamais subscreveria os juízos de valor e as intromissões subjetivas do narrador do *De gestis*, uns e outros semeados de intolerância.

Quanto ao teatro, um género com alguma tradição na Europa, mesmo durante o Renascimento e por mão dos Humanistas, pode dizer-se que, em Portugal, foi um projeto não conseguido. Temos, é certo, a *Tragoedia Ioannis Principis*, a Tragédia do Príncipe João, de Diogo de Teive, uma realização que, em latim, pode considerar-se o paralelo da *Castro*, de António Ferreira, em português. Mas pouco mais do que isso. Virão, lá mais para o fim do século, as peças dos Jesuítas; mas serão um teatro escolar, académico, artificial, praticamente irrepresentável. Valem como exercício retórico, mas não como produções da dramaturgia renascentista ou, mesmo, pós-renascentista.

O facto é que o Latim não era já a língua do quotidiano. Talvez por isso, no tempo de Gil Vicente, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, de António Ferreira, de Camões, o teatro em latim fracassou. Foi, perdoe-se a insistência, um projeto não conseguido.

O mesmo se não dirá da historiografia. Essa era, a par da Retórica, uma forma de os Humanistas participarem na grandeza do seu tempo; um modo, por assim dizer, de serem parte da História, por serem instrumento do registo da sua memória. Multiplicam-se as obras de grande valor e que ficam, ainda hoje, como repositórios da memória desse tempo. Damião de Góis escreveu, em português, é certo, a *Crónica de D. Manuel*, assim abreviadamente designada; Jerónimo Osório abalançou-se à narrativa dos feitos do mesmo rei, porventura em estilo mais grandiloquente e em mais pesada construção, com o seu *De rebus Emmanuelis gestis*, concebido, desde logo no título, a partir dos modelos latinos de Tácito ou Tito Lívio. André de Resende escreve sobre as “Antiguidades da Lusitânia”. O mesmo Damião de Góis deixou nos seus *Opuscula* exemplos vários de pequenas narrações historiográficas, onde avulta a descrição do segundo cerco de Diu, de 1546. O mesmo faz Diogo de Teive.

Ambos documentam bem o posicionamento dos Humanistas perante a verdade e a sua atitude perante a História. Nenhum deles, de facto, revela a menor intenção de falsear a imagem da realidade, ainda que, com isso, deslustre a proeza alcançada pelos seus contemporâneos e compatriotas. O respeito pelo adversário e o apego aos valores da verdade, mas também, porventura, da dignidade humana, sentido último dos princípios humanistas, não lho permitiam.

Vejamos, apenas, dois breves exemplos, um de cada um deles:

Assim escreve Teive, no seu relato, a propósito do comportamento das tropas portuguesas depois da vitória:

... sed ab altera parte caedes, ab altera fuga fiebat (...) caeteri passim foeda strage nias compleuerant. A castris in urbem statim itur. (...) Passim igitur saenitum sine ullius sexus aut aetatis discrimine. In domibus latitantes protracti ac iugulati in publicum proiciuntur.⁷

“[...] de uma parte buscava-se o massacre, da outra a fuga. [...] os restantes enchiam por toda a parte as ruas, em tremenda chacina. Do arraial dirigem-se, logo a seguir, para a cidade. [...] Por toda a parte, enfim, se dava largas à fúria, sem distinção de sexo ou idade; os que se escondiam em casa eram arrastados cá para fora e lançados à rua sem cabeça.”

Damião de Góis não é muito diferente:

*Iam promiscuae multitudinis uirorum mulierumque et puerorum interfectorum numerum immensum et miserandum fuisse constat, quibus rabies militum et suis antea malis et nunc sociorum mortibus irritata, nulla ratione parcere sustinuit. Quippe non solum non ab infantibus aut grauidis mulierum uteris, sed ne brutis quidem animantibus ferrum abstinuit militaris furor.*⁸

Consta que o número de mortos entre a multidão, homens, mulheres e crianças, sem qualquer distinção, foi imenso e horrível. Neles a raiva dos soldados, espicaçada pelos males antes padecidos e pela morte recente dos companheiros, não encontrou motivo algum para perdões. Mais ainda: não só em crianças e nos ventres de mulheres grávidas, como até nos animais, a fúria dos soldados enterrou as suas espadas.”

O que se disse do teatro pode dizer-se, em grande medida, da poesia lírica. Os poetas humanistas foram, por via de regra, excelentes na manipulação do verso latino, hábeis manejadores da prosódia e suas regras, artífices de qualidade na execução do poema. Mas um poema não é, como se sabe, um objeto de mercenaria; ao contrário do que preceituava António Ferreira, não são suficientes doutrina, arte, trabalho, tempo e lima. É necessária uma outra qualidade, que se consubstancia, talvez, no conceito de *ingenium*. Chame-se a isso talento natural, inspiração, fulguração, seja isso o que for, é mais do que “habilidade manual”. Digamos de outra forma: a lírica, se é a emanação do “eu”, só pode plasmar-se na língua em que se chora, na língua em que se ri, na língua em que se ama, na língua em que se odeia. Ora, para os nossos humanistas, o latim era a língua da ciência, da viagem, da oratória (do discurso), da argumentação, da filosofia e por aí fora, mas dificilmente a língua das emoções (prazer, pranto, ódio, amor, alegria, tristeza). Por isso, os seus poemas são, na maioria dos casos, objetos perfeitos do ponto de vista da construção poética, do ponto de vista da técnica compositiva, mas falta-lhes a centelha que faz de um artefacto poético um poema. Esta é uma verdade que serve a quase todos, desde Inácio de Moraes a Jerónimo Cardoso, desde Diogo de Teive a Diogo Mendes de Vasconcelos, desde Aires Barbosa a André de Resende, mesmo. Haverá

⁷ Diogo de TEIVE, *Commentarius de rebus apud Diu gestis anno salutis nostrae MDXLVI*. Coimbra, 1548 (há alguns anos reeditado, com fac-símile da edição original, sob o título *Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*, Lisboa, Cotovia, 1995, com tradução de C. A. ANDRÉ e notas de R. LOUREIRO, edição de onde foi colhida a presente citação, no original fl. m. j).

⁸ Damião de GÓIS, *De bello Cambaico ultimo commentarii tres*. Lovaina, 1549.

CŌMENTARIVS

DE REBVS IN INDIA

APVD DIVM GESTIS

ANNO SALVTIS NOSTRAE

M. D. XLVI.

Iacobo Teuio Lusitano Autore.



CONIMBRICAE.

M. D. XLVIII.

exceções, bem entendido, que mais não fazem do que confirmar a regra. E tais exceções justificam-se e são compreensíveis, face ao contexto em que viveram os poetas que as corporizam.

Aquiles Estaço, por exemplo, tem algumas boas manifestações de lirismo religioso, área onde claramente se destaca.

Henrique Caiado é um poeta bucólico de rara qualidade, que ombreia com os melhores do seu tempo e onde o artificialismo a que acima se faz referência não é especialmente evidente. Além de que, entre os seus epigramas, encontramos notáveis exemplos de boa poesia, não apenas na perspectiva da técnica compositiva, mas também na da qualidade estética.

E Diogo Pires é, sem dúvida, um dos nomes maiores da poesia lírica humanista, seja à escala portuguesa, seja à escala europeia.

Há razões, porém, para isso. Qualquer um dos três partiu cedo de Portugal, sem jamais ao seu país ter regressado. Em nenhum dos três o Português seria a língua do quotidiano. Atento o contexto social e cultural em que se movimentavam, o mais provável é que o Latim fizesse parte do seu dia a dia, mais do que qualquer outra língua. E, se é certo que Aquiles Estaço e Henrique Caiado se moviam, talvez, em espaços onde o Italiano seria a língua dominante (que recusavam, valha a verdade, pelo menos Caiado), de Diogo Pires, o melhor poeta de todos eles, nem isso é possível afirmá-lo. Judeu errante, na verdadeira aceção da palavra (assim lhe chamou Aquilino Ribeiro⁹), acabou por fazer da viagem um meio de vida: Portugal, Espanha, Inglaterra, Países Baixos, França, Itália, Dalmácia, num vai-e-vem incessante. A termos em conta as conclusões de António Andrade¹⁰, foram viagens múltiplas, de ida e volta, ao serviço dos negócios da família. Outra língua, decerto, lhe não restaria a não ser o Latim. Não surpreende, por isso, que o seu fazer poético em latim (além desta língua só se lhe conhecem pequenos arremedos de poesia em grego) tenha alcançado a qualidade estética que só aos falantes nativos de uma língua estão reservados.

Da sua vasta obra, desde o primeiro livro, saído em Ferrara, em 1547, até à obra inédita, podemos respigar alguns exemplos que manifestam estarmos perante um poeta rico e versátil, senhor de uma poética variada no tema e variada na forma.

Era um poeta hedonista. E disso dão testemunho alguns dos seus epigramas, seja os que dedica ao vinho e seus prazeres, seja os que tomam por motivo os prazeres do amor.

O vinho, por exemplo:

*Sobria nox animo curas inducit amaras,
nec patitur dulci membra sopore frui.*

⁹ A. RIBEIRO, *Portugueses das sete partidas (viajantes, aventureiros, troca-tintas)*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1969.

¹⁰ A. M. L. ANDRADE, *O Cato Minor de Diogo Pires e a poesia didáctica do século XVI*, Aveiro, 2005, dissert. dout. (ainda inédita).

*Heus, puer, ut molli submittat lumina somno,
utque abigat curas, largius adde merum.*¹¹

Uma noite sóbria insinua no coração cuidados amargos
e não consente ao corpo desfrutar de um doce torpor.
Pois bem, rapaz, para o vinho sujeitar os olhos às doçuras do sono
e manter ao largo os cuidados, chega-lhe mais e do puro.

Ou este breve dístico:

*Carmina mitto tibi. Tu carmina nulla remitte.
Ebria Musa mea est; uina, Benesse, uolo.*¹²

Versos te mando, ó Benesso; e tu, versos nenhuns me hás-de mandar em troca;
ébria é a minha musa: vinho, ó Benesso, é o que eu quero.

Ou um outro poema, a Faleto, de inequívoco pendor horaciano:

*Castaneae molles et dulcis copia musti
et qui continuo lucet ab igne focus
diminuunt nobis hybernae tempora noctis
et faciunt celeres tardius ire dies.
Castra petant alii regesque sequantur in armis
perque feros enses et sua fata ruant.
Me inuuet ad feras deducere uina lucernas
et madidum multa saepe iacere rosa.
Quod si forte latus iungat non rustica uirgo,
uicimus. Haec uoti est summa, Falete, mei.*¹³

Castanhas maduras e mosto doce até fartar
e a lareira a reluzir de labaredas sem parança,
eis o que faz minguar o tempo nas minhas noites de inverno
e leva os dias velozes a correr com mais vagar.
Busquem outros campos de batalha e sigam os reis de armas em punho
e corram por feras espadas e os fados que lhes são gratos.
A mim, apraz-me, antes, emborcar vinho até às luzes mais tardias
e, de tanto vinho empinado, bastas vezes ficar estendido, feito esponja.
E se acaso me enlaçar o peito uma cachopa não desajeitada,
trunfe. Este, ó Faleto, é o maior dos meus votos.

Mas era também poeta mordaz, como Marcial, atento à realidade do seu tempo, atento, sobretudo, a quanto o rodeava e que não se coíbia de caricaturar:

¹¹ *Cato Minor*, ed. 1596, pp. 104-105.

¹² *Elegiarum libri tres* (ms., ainda inédito), 1.10.

¹³ *Cato Minor*, ed. 1596, p. 136.

*Est ancilla mihi, qualis sit praesulis, oro,
 lusca parum, dextro debiliore genu;
 ante diem bibit et totas iacet ebrias noctes
 et uomit assidue, meit ante focum.
 Videris impexam, iures uidisse Megaeram.
 Rancidius nihil est cum sibi compta placet:
 apparent atris gingivae dentibus orbae
 et nulla in toto est uertice nigra coma.¹⁴*

Tenho uma criada — quem será a patroa, pergunto-me eu —
 um tanto vesga, coxa quanto baste da perna direita;
 começa a beber antes de ser manhã e fica estendida de bebedeira noites inteiras
 e vomita constantemente e mija diante da lareira.
 Se a visses desgrenhada, dirias que viste a Megera em pessoa.
 Nada existe de mais sórdido, quando lhe dá na gana de se enfeitar:
 aparecem-lhe, por entre os dentes, gengivas vazias,
 e no cruto do toutiço não há um só cabelo negro.

A sua obra, como se disse, é variada; uma das marcas dominantes é aquilo a que podíamos chamar saudade, a consciência amargurada do exilado da sua pátria distante, que evoca, a todo o momento, em versos sentidos de emoção. Um dos momentos em que esse afeto e a emoção em que se traduz mais se sentem é quando parece ter tido notícia da derrota de Alcácer-Quibir, da morte do rei D. Sebastião, do começo da ruína. É assim que se junta às vozes que choravam o desastre nacional:

*Felix — heu! — nimium felix, ni sceptrum Sebastus
 exciperet. Nocuit postumus ille puer.
 [.....]
 Qualis Iunonis flos candidus aut rosa summo
 mane orta in tenebras languet eunte die.
 Heu, miserande puer! Quis te furor urget in hostem?
 Quas uocat in pugnas hybrida Siriphius?
 Cur ingrata tibi patria est? Et Olysiippo quare
 cedit Atlanteis regia Marrochiis?
 [.....]
 Vana loquor, uolucresque ferunt mea uerba procellae;
 instat enim fati uis et in arma trahit.
 Ecce — nefas! — inter confusae stragis acervos
 an iaceas dubium est, et tamen ipse iaces.
 Hi nostri reditus, hae spes, ea publica nota,
 hic expectatus Marte triumphus erat.*

¹⁴ Cato Minor, ed. 1596, p. 135.

DIDACI



PYRRI LVSITANI
CARMINVM LIBER VNVS;



APVD FRANCISCVM
RVBRIVM.

Ferrariae.

1545.

*Ite per caedes et fusa cadauera, cines,
 ite per et campos et loca plena metus!
 Qua Tigien tot scuta uirum, tot tela, tot enses,
 tot galeas et tot corpora uoluit aquis,
 si quis et arma tenens ipsaque in morte minaces
 uertit adhuc oculos, ille Sebastus erit.
 Ille erit; illius perfusum corpus ab unda,
 si qua modo tellus quantulacumque tegat.
 [.....]
 Quin etiam, ut longum cladem testetur in aeuum,
 talis in aggesto caespite uersus eat:
 "Rex Lusitanus iacet hic; Mars impius auctor
 funeris. Haud parcutur fortibus ille uiris.
 Et cum rege iacet libertas pristina et omnis
 gloria fidalguae gentis et omne decus."¹⁵*

Afortunado, oh, muito afortunado, se Sebastião não herdasse o ceptro!
 Foi uma desgraça esse póstumo rapaz.

[...]

Qual esperança e delícia do povo ele crescia; mas todas
 as esperanças dos homens são frágeis e todas as delícias breues.
 Assim a flor cândida de Juno ou rosa nascida no alvor da madrugada,
 murcha ao crepúsculo quando o dia se esvai.
 Ah, triste rapaz! Que furor te lança contra o inimigo?
 A que batalhas te chama o mestiço xerife?
 Porque te é ingrata a pátria? E Lisboa,
 porque cede na realeza ao Marrocos de Atlas?

[...]

É vão o que digo e velozes procelas levam as minhas palavras;
 pesa sobre ele a força do fado e às armas o arrasta.
 Eis, oh, sacrilégio!, que entre montões de uma chacina confusa,
 se tu jazes, não se sabe; mas a verdade é que jazes.
 Esta era a recompensa, esta a esperança, estes os públicos votos,
 este o triunfo que de Marte nós esperávamos.
 Ide por entre a mortandade e os cadáveres dispersos, ó cidadãos,
 ide pelos campos e lugares repletos de terror.
 Por onde tantos escudos de guerreiros, tantas lanças, tantas espadas,
 tantos capacetes e tantos corpos o Tígien os revolve nas suas águas,
 se alguém, de armas na mão, até na própria morte
 volve ainda os olhos ameaçadores, esse será Sebastião.

¹⁵ *Eleg. 2.8, 37-38, 43-48, 53-66, 77-82.* Texto e edição em C. A. ANDRÉ, *Um judeu no desterro: Diogo Pires e a memória de Portugal*, Coimbra, INIC, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1992, 143 e 148-149.

Será ele: o corpo banhado de água,
 se é que ao menos um pouco de terra o cobre.
 [...]
 Mais ainda: para testemunhar a grandeza da derrota para a eternidade,
 que no túmulo de relva corram estes versos:
 Um rei lusitano aqui jaz. Foi Marte ímpio o autor
 de um tal crime; ele não perdoa a varões corajosos;
 e com o rei jaz a liberdade de outrora
 e toda a glória de uma nobre raça e toda a sua honra.

Quis o destino e o poder imperial que Ovídio, o paradigma dos poetas exilados, jamais regressasse a Roma do seu exílio em Tomos. No caso de Diogo Pires, quis o destino e a força da Inquisição que terminasse os seus dias em Ragusa / Dubrovnik, sem jamais regressar a Portugal e à sua querida Évora. Ovídio deixou no epitáfio que para si mesmo compôs a expressão do seu desalento e o derradeiro clamor de desencanto e desesperança. Diogo Pires não procedeu de modo diferente. O epitáfio que para si mesmo compôs, à maneira e imitação de Ovídio, não é menos sentido do que o do seu antepassado no exílio:

*Hic mea nec ferro nigra neque tacta fauilla
 ossa uelim placide condat amica manus;
 neue mei fuerit moles operosa sepulcri,
 at breuis in summo marmore uersus eat:
 “Didacus hic situs est, Ehora procul urbe domoque.
 Non licuit patrio condere membra solo.
 At tu, siue legis portum seu litore funem
 diripis, aeternum, nauta, precare uale!”¹⁶*

Aqui, não tocados do ferro nem do negror das cinzas,
 os meus ossos gostaria eu que em paz os guardasse mão amiga.
 E que não seja trabalhosa a construção de meu túmulo,
 mas corra, no alto do mármore, um breve poema:
 “Diogo aqui jaz, longe da cidade de Évora e de sua casa.
 Não lhe foi consentido guardar os membros em solo pátrio.
 Mas tu, quer recolhas ao porto, quer da praia levantes amarras,
 dirige-lhe, para sempre, ó marinheiro, um adeus!”

Feito este percurso, necessariamente breve e não por acaso terminado nos movediços terrenos da poesia, justo é que arrisquemos algumas conclusões, isto é, que desemboquemos na definição de algumas características do Humanismo português, em especial no que o distingue do Humanismo europeu, que lhe deu origem, que é o seu modelo e onde colhe as suas raízes.

¹⁶ *Eleg.* 3.10, 91-98. *Ibidem*, 52 e 57.

É, desde logo, como se viu, um Humanismo sem Filosofia. Não foi assim Europa fora, onde avultam, ao longo dos séculos XV e XVI, nomes incontornáveis na história da filosofia europeia. Como se disse, Damião de Góis pode ser exceção, mas nem o brio patriótico nos consentirá emparceirá-lo com os grandes pensadores seus contemporâneos, de quem foi, em muitos casos, íntimo e amigo. A razão para esta fissura no Humanismo português já atrás foi apontada: o clima de intolerância que se instalou em Portugal ao longo de todo o século XVI não permitiu que a mudança de mentalidades que se operava além fronteiras eclodisse, em Portugal, em movimento de natureza semelhante. E, assim sendo, forçoso é reconhecer que o nosso Humanismo renascentista acaba por ser uma espécie de parente afastado dos seus congêneres europeus.

Além disso, o nosso Humanismo possui uma fortíssima marca cosmopolita; ou, por outra, é um Humanismo de expatriados e de estrangeirados. Os seus nomes maiores, nas várias áreas, estudaram fora do país, floresceram em outras latitudes e outros ambientes, quando não, mesmo, ali se enraizaram e por lá ficaram para sempre. Damião de Góis não teria sido o que foi se não tivesse vivido uma vida de permanente errância pelas grandes capitais e pelos grandes centros de poder e de cultura da Europa. André de Gouveia não teria alcançado o seu prestígio e a sua, digamos, excelência pedagógica, se não tivesse feito toda a sua formação em França. André de Resende não teria atingido a excelência do seu saber se não tivesse vivido parte do seu tempo fora do país. E Diogo de Teive. E Diogo Pires. E Aires Barbosa. E Aquiles Estação. E Henrique Caiado. E... e tantos outros, quase todos, afinal de contas. Essa marca, que faz do Humanismo português uma corrente universalista e, ao mesmo tempo, como se disse, cosmopolita, confere-lhe um caráter muito especial e é, sem dúvida, uma das suas peculiaridades.

Com tais características e atenta a História, com todos os seus cambiantes (os descobrimentos, a expansão, o poderio português no Oriente, o peso político da coroa portuguesa, a importância financeira de Portugal), atento o prestígio de alguns dos nomes da nossa cultura e a grandeza da obra produzida, este poderia ter sido o século português. Podia, mas não foi. Ficou-nos aquele senão, aquela mácula de um país virado para si mesmo, enredado nas suas próprias contradições, aparentemente senhor e vítima de um fado que era o do seu passado e seria também, sem que então o soubesse, o do seu futuro; ficou-nos a mácula de uma mesquinhez que é irmã gémea da intransigência, se é que os povos são como as pessoas, que, quando pequenas, se acobardam ante a suspeita da sua própria sombra. E de tudo isso nasceu, afinal, aquilo que podia ter sido um projeto de afirmação plena e que, sem deixar de ser uma afirmação de grandeza e de pujança cultural, foi, também, para nossa frustração, um projeto mal conseguido, parente não suficientemente próximo, repita-se, dos seus congêneres europeus e nunca, infelizmente, mola impulsadora desse amplo movimento de ideias, sem fronteiras, que define a Europa dos séculos XV e XVI.

Uma palavra, enfim, sobre o tempo, ou melhor, sobre a cronologia ou o calendário, para usarmos uma palavra moderna; questão de somenos, valha a verdade, mas que não vale a pena ignorar.

O Humanismo, em sentido lato, tem as suas raízes em plena Idade Média; infirmadas que estão, unanimemente, as concepções burckhardianas, não há, hoje, quem não pense assim. Não há Renascimento nem Humanismo sem Dante e sem Petrarca, por exemplo.

Em Portugal, poderia dizer-se que as tendências humanistas lançam as suas raízes na prosa latina da dinastia de Avis, em especial na suas traduções, onde D. Pedro assume lugar de relevo. Mas a verdadeira eclosão do movimento humanista é aquela que se manifesta naquilo que podíamos designar, para deitar mão de um conceito próprio da Universidade de hoje, por mobilidade estudantil. Essa acontece no último quartel do século XV, primeiro em direção a Espanha e a Itália, depois em múltiplas outras direções. Aí se enquadra também, como não pode deixar de ser, a mobilidade que traz até nós mestres estrangeiros (os *incoming*, como hoje são designados). De entre eles, assume lugar de relevo Cataldo Parísio Sículo, convidado por D. João II para mestre de D. Jorge, seu filho bastardo, depois Duque de Aveiro, que ele predestinara para lhe suceder (desígnio nunca concretizado, como se sabe). Na história da cultura, todas estas fronteiras são artificiais. É abusivo e redutor determinar uma data, uma baliza temporal, para marcar a eclosão de um movimento de ideias e práticas estéticas que vai, ao invés, fermentando ano após ano. Mesmo assim, pelo significado que assume, pela simbologia de que se reveste, pode, talvez aceitar-se, com todas as ressalvas que resultam de quanto acaba de dizer-se, a opção de Américo da Costa Ramalho, que aponta Cataldo como o introdutor do Humanismo em Portugal. Confesso que teria dificuldade em contrariar o grande mestre e aquele a quem mais devem os estudos do Humanismo renascentista português. Conhecedor único dos meandros bem sinuosos do Renascimento, seria veleidade da minha parte pôr em causa esta asserção, que por comodidade se assume.

Mas não sem reafirmar que as fronteiras cronológicas, em história da cultura, são, por definição, fluidas, incertas, inexatas.

Talvez por isso, e ousando correr o risco de me contradizer, sugeriria que, se foi Cataldo o introdutor do Humanismo em Portugal, o primeiro humanista português, em sentido real, foi Henrique Caiado. Sustentam-no o prestígio alcançado na pátria do Humanismo, Itália, e a qualidade da sua obra poética.

Pela mesma razão, atrever-me-ia a dizer que o último dos nossos humanistas do século XVI foi Estêvão Rodrigues de Castro. Poeta, professor em Pádua, onde era mestre prestigiado, pode considerar-se que ele encerra a vasta lista da participação portuguesa nessa corrente estética e de pensamento.

Há latim antes de Caiado? Sem dúvida. Há o da dinastia de Avis, como se disse. Como há outros visitantes ilustres em Portugal, antes de Cataldo e que tinham no latim a sua língua de expressão, como, por exemplo, Mateus Pisano. Mas esse alargar de fronteiras perde muito na identidade do movimento que a história da cultura designa por Humanismo renascentista. Tudo isso está nas sementes do Humanismo português, sem dúvida, e, sem isso, talvez nunca tivesse eclodido o movimento humanista entre nós. Mas era cedo.

E há latim depois de Estêvão Rodrigues de Castro? A resposta é também afirmativa. Basta lembrar, uma vez mais, o latim dos Jesuítas, exercitado arduamente nas escolas da Companhia. Como haverá, tempos fora, nos séculos XVII e XVIII, pródigos, ainda, em obras latinas, em prosa e em verso. Mas esse não é já o Humanismo renascentista. Não o é na prática pedagógica, não o é na fidelidade aos clássicos, não o é nessa componente que lhe é essencial, as ideias. Só a muito custo, para não dizer que só por deformação, poderá considerar-se que o teatro jesuíta, a retórica jesuíta ou a poesia jesuíta são manifestações do Humanismo renascentista português.

Europa, segunda metade do século XV. Enquanto a ocidente, em Portugal, um povo destemido e aventureiro dava novos mundos ao mundo, em outras paragens menos ocidentais, outros restituíam ao mundo o seu velho mundo. Assim os dois movimentos se completavam, um a alargar as suas fronteiras oceano fora, o outro a mergulhar fundo nas profundas raízes do mundo que, assim, ia crescendo.

O que faz com que o Humanismo português não seja filho tardio do seu congénere europeu, antes tenha nascido e crescido no tempo certo. Mas de outra forma, por força das vicissitudes e contradições do país onde crescia. O tempo do Humanismo português é, também, o tempo da intolerância religiosa, da intransigência. E isso lhe ditou irremediavelmente a sua identidade.

Europa, finais do século XVI. Os ventos da Contra-Reforma tardaram, mas instalaram-se, um pouco por toda a parte. A arte evoluiu, nos percursos enredados e labirínticos de um tempo que a si mesmo se procura, em encruzilhadas novas e desafiantes. Em Portugal, a encruzilhada é diferente; perdida em Alcácer a soberania e, porque não?, parte da dignidade nacional, o país voltava-se para dentro e para as suas próprias angústias. Tardará várias décadas a redescobrir-se. E o Humanismo português, preso de amarras de duas sortes, aquela que sempre lhe tolheu os passos e essa outra, nova, inerente a um povo que, perdido, se procura, dilui-se nessa espécie de perda da identidade coletiva. O país há-de emergir, décadas depois, e, com ele, uma cultura renovada. E outro há-de ser o seu rosto. Se bem que este, o que marca o século XV e o século XVI, jamais possa ser dado por encerrado ou por extinto. Porque se, em cultura, nada se cria e tudo se transforma, também nada se perde, o mesmo é dizer que nada morre em definitivo.